



# Anais da Assembléia

N.º 44

CURITIBA, QUARTA-FEIRA EM 22 DE MAIO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 38.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 1985

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Ivan Gubert.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Antonio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruscka, Antonio Belinati, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos. Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (40), achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Fiori Luiz, Artágão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Donato Gulin, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Gemote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, José Antonio Fonseca, Márcio Almeida, Mário Pereira, Sérgio Spada, Tadeu França e Tuguio Setogutte (17). Em licença, o Sr. Deputado Dirceu Manfrinato (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 21/85, oriundo da Mensagem Governamental n.º 59/85, datado de 13.3.85, e que objetiva a criação na SEED, de dois cargos isolados de provimento em comissão de Chefe de Núcleo Regional de Educação, símbolo 1-C, e ainda a alteração da denominação dos atuais cargos em comissão de Chefe de Núcleo Regional para Chefe de Núcleo Regional de Educação, mantido o mesmo símbolo de remuneração.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM seja incorporado o Projeto de Lei n.º 73/85, ao de número 113/83, sendo que estes

possuem o mesmo objetivo, como também os mesmos anseios do povo daquela região.

A Súmula do Projeto de Lei n.º 113/83, vem de encontro com as divisas propostas pelo Projeto de Lei n.º 73/85.

Razão pela qual apresentamos o presente plano de lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e posterior aprovação.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

JORGE MAIA FILHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Parlamentar Especial, para tratar sobre Moinhos Coloniais e Políticas do Trigo, integrada por cinco (5) membros titulares e respectivos suplentes.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

Tema das mais acirradas discussões, a política do trigo concentra as atenções, não só das empresas moageiras que sentem que, com a extinção do Decreto-Lei n.º 210/67, terão seus interesses prejudicados, como também da classe produtora que pretende ver reativados os moinhos coloniais.

A constituição de uma Comissão Parlamentar Especial, para tratar do assunto relacionado com moinhos coloniais e toda a sistemática que envolve os vários aspectos da política tritícola virá, sem dúvida, estabelecer a oportunidade de um consenso para o assunto, bem como assegurar que as discussões sejam encaminhadas de modo satisfatório por quem de direito, que é a Assembléia Legislativa, fórum legítimo de todas as discussões de interesse da população.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de parabéns e incentivo à equipe infantil, modalidade xadrez, da Unidade Pólo de Campo Mourão, pela sua participação nos jogos escolares do Paraná a realizar-se no período de 23 a 26.05.85, na cidade de Matinhos - PR.

Tal equipe vem sendo liderada pelo competente e dedicado professor de Educação Física, Professor Edevalci Maia, e composta dos seguintes atletas mirins: Sidney Souza, Carla Izabel Souza, Rosa Gara Luz, José Gara Luz, João Gara Luz e Leandro J. S. de Paula.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja levado ao conhecimento do professor em epígrafe, na Unidade Pólo de Ensino de 1.º e 2.º Graus, de Campo Mourão, PR.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1985.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de solidariedade ao Professor Pedro Perin, bem como o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação,

no sentido de que seja reconsiderado o ato de exoneração desse professor do Colégio Agrícola de Clevelândia, pelas razões expostas na justificação desse requerimento e, ainda, que se envie cópia deste ao Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

#### JUSTIFICATIVA:

O professor Pedro Perin, técnico agrícola, foi contratado pela Secretaria da Educação, para ministrar aulas no Colégio Agrícola de Clevelândia. Recentemente, foram realizados testes para a contratação de um tratorista para prestar serviços no Colégio, testes esses aplicados pelo engenheiro Agrônomo da ACARPA, Dr. Benff, tendo surgido uma acusação leviana de que o Professor Perin havia ajudado a um dos candidatos e, com base numa acusação infundada, a SEED procedeu a exoneração, sem proceder a uma verificação real dos fatos.

A decisão arbitrária da SEED provocou a revolta de toda a comunidade de Clevelândia, de suas lideranças e levou os 195 alunos do Colégio Agrícola a uma greve de protesto pelo alto conceito desfrutado pelo Professor Perin.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, na forma regimental e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado ofício ao Secretário de Transportes do Estado do Paraná, Deputado Deni Lineu Schwartz, solicitando que sejam tomadas as providências necessárias à construção de um trevo de acesso ao Distrito de Tronco, Município de Castro, na rodovia que liga aquela cidade a Ponta Grossa.

Atualmente, nem mesmo sinalização eficaz existe naquele trecho de Castro e o acesso ao Tronco apresenta intenso movimento de caminhões. Por falta de sinalização de um trevo, apenas no corrente ano foram registradas cinco mortes em decorrência de acidentes ocorridos com veículos que deixavam ou procuravam o acesso à sede do Distrito do Tronco.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Prof. Mário Pereira de Araújo, MD. Presidente do Conselho Estadual de Educação, solicitando a transformação da Fundação Faculdade Ciências Econômicas de Apucarana para Universidade Estadual de Apucarana.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1985.

(a) JORGE MAIA FILHO

#### JUSTIFICATIVA:

A Nova República proclama que os brasileiros devem tomar a iniciativa no debate e na formação de propostas para a universidade democrática e autônoma, e que é chegado o momento de colocar a questão Universidade na pauta da sociedade brasileira, rompendo-se o isolamento e saindo-se do espaço restrito dos gabinetes para alcançar os grandes diálogos com a sociedade.

O presente requerimento é uma resposta aos compromissos inadiáveis assumidos com o povo do Paraná no sentido da democratização do ensino superior.

Este requerimento está sustentado na efetiva contribuição que Apucarana e a região do Vale do Ivaí oferece ao Paraná e ao Brasil no setor sócio-econômico.

Ninguém desconhece que Apucarana, como cidade pólo da região Norte, apresentou e apresenta altos índices de desenvolvimento também nos setores cultural e educacional e o seu potencial desenvolvimentista, requer dos nossos governantes a criação desta tão importante Universidade. Estes são alguns dos argumentos que justificam plenamente a transformação da Fundação Faculdade Ciências Econômicas de Apucarana em Universidade Estadual.

Das propostas e dos compromissos assumidos pelo Governador José Richa e seus partidários, ora assumidos em palanques quando da sua campanha para o Governo do Estado, o povo jamais se esqueceu e agora, através do seu representante, vem respeitosamente pedir a criação desta tão sonhada Universidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Departamento de Serviço de Transporte Comercial da Secretaria dos Transportes, denunciando a qualidade dos serviços prestados pela Viação Graciosa Ltda., concessionária das linhas de ônibus para atendimento ao litoral paranaense, conforme justificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

A empresa de ônibus Viação Graciosa, responsável pelo transporte de passageiros na área Curitiba - Paranaguá e demais cidades litorâneas, tem sido objeto de sérias críticas por parte de seus usuários. Insuficiência de horários extraordinários e desatenção para com os horários normais, principalmente em dias de maior movimentação, são motivos das mais ácidas queixas.

Isentando-se algumas exceções, em sua grande maioria os funcionários da Graciosa destacados para atendimento ao público, demonstram inépcia e falta de urbanidade. Alguns chegam a ser rudes e deseducados no trato com os clientes.

A Empresa, cuja qualidade de serviços chegava a ser elogiável, ultimamente é objeto de reclamações das mais diversas e que estão sendo constantemente argüidas pelos Vereadores Massami Takayama, Mário Lagos, Nélcio de Oliveira e Carlos Marcondes Lobo, além de posicionamentos a respeito nas páginas do jornal parnanguara "Diário do Comércio".

Passageiros em excesso, viajando em pé; paradas em pontos não convencionados; substituição de ônibus executivo por convencional e outras irregularidades, motivam a apresentação deste documento que se destina a pleitear junto à Secretaria dos Transportes, através do DSTC, as providências que se fizerem necessárias para sanar tal estado de coisas.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, nem para o Grande Expediente, consulto a Liderança

Partidária, se fará uso do horário que lhe é reservado. — **Declina.**

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei Complementar n.º 290/84, que dá nova redação ao Inciso II do Art. 17. da Lei Complementar n.º 14, de 26/5/82. (Ter completado vinte e um anos de idade e contar com menos de trinta e cinco anos). Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 113/84, de 30/10/84).

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 265/84, que declara de Utilidade Pública o LAR BOM CAMINHO, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 101/84, de 09/10/84).

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 330/84, que denomina de ALBERTO BAGGIO o trecho da PR-559, que liga o Município de Paraíso do Norte ao Município de Mirador. — **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 126/84, de 23/11/84).

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 333/84, que declara de Utilidade Pública a Entidade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS de Telêmaco Borba, com sede e foro em Telêmaco Borba. — **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 34, de 06/05/85).

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 339/84, (Mensagem n.º 240/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar à Mitra Diocesana de Paranaguá, uma área de 753 m<sup>2</sup>, parte de área maior, situada na Cidade de Bocaiúva do Sul, de propriedade do Estado, conforme parte de Transcrição n.º 116, do Livro 3-A, fls. 35, em 07/03/51, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bocaiúva do Sul. — **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 130, de 03/12/84).

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 01/85 (Mensagem n.º 22/85, ex-Proposição n.º 25/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 170/83, celebrado em 09/05/83, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de REALEZA, visando execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/85, (Mensagem n.º 08/85, ex-Proposição n.º 10/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que encaminha cópia autêntica do Convênio celebrado em 13/11/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de MATELÂNDIA, com participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 03/85, (Mensagem n.º 26/85, ex-Proposição n.º 29/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que encaminha cópia autêntica do Convênio celebrado em 01/11/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, o Ministério da

Agricultura e a OCEPAR, visando a execução das atividades de combate, prevenção e erradicação do Bicudo do Algodoeiro no Estado do Paraná. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/85, (Mensagem n.º 31/85, ex-Proposição n.º 34/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e Municípios adiante mencionados, objetivando o engajamento dos referidos municípios no Programa de Manejo Integrado dos Solos. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05/85 (Mensagem n.º 35/85, ex-Proposição n.º 40/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Convênios celebrados em 19/10/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e Municípios que especifica, objetivando o engajamento dos municípios signatários no Programa de Manejo Integrado dos Solos. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 06/85, (Mensagem n.º 39/85, ex-Proposição n.º 44/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 25/6/84 e o Estado de Goiás, tendo como intervenientes das Secretarias da Indústria e do Comércio dos Estados signatários, visando a cooperação técnica para desenvolvimento do Programa de Microdestilarias de Alcool, no Estado de Goiás. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/85 (Mensagem n.º 24/85, ex-Proposição n.º 27/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Primeiro Termo Aditivo, de 06/11/84 ao Convênio n.º 95/SG/83, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 07/12/83 e o Ministério do Interior, com interveniência da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano do Ministério do Interior da SUDESUL e da Secretaria do Planejamento, com objetivos que especifica. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/85, (Mensagem n.º 18/85, ex-Proposição n.º 20/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que encaminha cópia autêntica do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 248/84, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do projeto PROSAFRAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 09/85, (Mensagem n.º 03/85, ex-Proposição n.º 05/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que encaminha cópias autênticas de Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios que especifica, objetivando o engajamento dos municípios signatários no Programa de Manejo Integrado dos Solos. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/85, (Mensagem n.º 42/85, ex-Proposição n.º 47/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que encaminha cópias autênticas de Convênios celebrados em 28/12/84, entre o

Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, com participação da SUCEPAR, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da Erosão Urbana. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 11/85, (Mensagem n.º 43/85 - Ex-Proposição n.º 48/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 31/10/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e Municípios adiante mencionados, com participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte de passageiros. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 12/85, (Mensagem n.º 44/85 - Ex-Proposição n.º 49/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Auxílio e Cooperação celebrados em 07/11/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios adiante mencionados, com interveniência da FAMEPAR e objetivando aplicar recursos financeiros do FNDU, visando melhoria dos sistemas de transportes. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 13/85, (Mensagem n.º 51/85 - Ex-Proposição n.º 54/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública, a EMOPAR e os municípios adiante mencionados, objetivando execução de reparos nas Delegacias dos municípios signatários. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 14/85, (Mensagem n.º 52/85 - Ex-Proposição n.º 57/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados em 20/11/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública a EMOPAR e municípios que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Unidades Policiais Militares. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 15/85, (Mensagem n.º 53/85 - Ex-Proposição n.º 58/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos a Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 15/08/84, através da Secretaria da Segurança Pública e os municípios que especifica, objetivando execução de reparos nas Cadeias e Delegacias de Polícia dos citados municípios. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 16/85, (Mensagem n.º 61/85 - ex-Proposição n.º 63/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópias autênticas de Termos de Convênio de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria

da Segurança Pública, a EMOPAR e os municípios adiante mencionados, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos municípios signatários. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 17/85, (Mensagem n.º 62/85 - ex-Proposição n.º 62/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública e da EMOPAR, com os Municípios de Londrina e Mandirituba, com objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 18/85, (Mensagem n.º 04/85 - ex-Proposição n.º 06/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 14.º e 15.º Termos Aditivos de 13/12/84 ao Convênio celebrado em 02/10/75, entre o Estado do Paraná, o Ministério da Agricultura e a SUDESUL, através da Secretaria da Agricultura, objetivando dar continuidade aos serviços que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n.º 21/85, oriundo da Mensagem Governamental n.º 59/85, datado de 13 de março do corrente ano, e que objetiva a criação na SEED de dois cargos isolados de provimento em comissão de Chefe de Núcleo Regional de Educação, símbolo 1-C e ainda a alteração da denominação dos atuais cargos em comissão de Chefe de Núcleo Regional para Chefe de Núcleo Regional de Educação, mantido o mesmo símbolo de remuneração. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de parabéns e incentivo a equipe infantil, modalidade xadrez, da Unidade Pólo de Campo Mourão, pela sua participação nos jogos escolares do Paraná, a realizar-se no Município de Matinhos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade ao Prof. Pedro Perin, bem como o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, no sentido de que seja reconsiderado o ato de exoneração do professor, do Colégio Agrícola do Município de Clevelândia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar Especial, para tratar sobre Moinhos Coloniais e Políticas do Trigo, integrada por cinco membros titulares e respectivos suplentes. **Aprovado.**

Em função da Aprovação do presente Requerimento, solicito às Lideranças Partidárias que façam a indicação dos membros que deverão integrar essa Comissão Especial para tratar dos Moinhos Coloniais.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, já que Vossa Excelência pede que as Lideranças façam a indicação, eu quero fazer um apelo à Mesa: para que dê condições a que a Liderança da Frente Liberal possa começar a trabalhar, porque até hoje nós não conseguimos o equipamento para a sala onde deve funcionar a Liderança. Nada temos, até hoje, e há 60 dias foi requerido!

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa tomará as providências, nobre Deputado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de um trevo de acesso ao Distrito do Tronco, Município de Castro, na rodovia que liga aquela cidade ao Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado e Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando seja incorporado os Projetos de Lei n.ºs 73/85 ao de n.º 113/83, sendo que estes possuem o mesmo objetivo, como também anseios do povo daquela região. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação, encarecendo a transformação da Fundação Faculdade Ciências Econômicas de Apucarana, para Universidade Estadual de Apucarana. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de mensagem de solidariedade a Frei Leonardo Boff, pela injusta e excessiva punição de que foi vítima em razão de sua postura a favor de uma Igreja Social. — **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa defere, e procederá a verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela Ordem) Solicito de Vossa Excelência, se possível retirar a solicitação de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa acata.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

31 Srs. Deputados responderam a chamada.

Há "quorum" para deliberação.

A Presidência irá proceder a verificação de votação, requerida pelo Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela Ordem) Sr. Presidente.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — (Pela Ordem) Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Pela ordem, a palavra com o Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, gostaria de saber o teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e irá determinar ao Sr. Secretário que proceda a leitura do requerimento.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente. Complementando, solicito da Mesa que leia a Justificativa também.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Perfeito. A Mesa defere e o Sr. Secretário fará a leitura por inteiro.

(É lido o requerimento e Justificativa)

Requerimento sobre envio de expediente ao Núcleo Apostólico no Brasil sobre mensagem de solidariedade ao Frei Leonardo Boff.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Está em votação o presente requerimento.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, pela ordem. Dá para encaminhar a votação?

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa entende que, no processo de verificação de votação, passou a oportunidade de encaminhamento. Portanto, lamenta mas não pode conceder.

(É procedida a verificação de votação)

12 Srs. Deputados aprovam; 10 Srs. Deputados rejeitam.

Não há quorum para deliberação, mas sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Departamento de Serviços do Transporte Comercial da Secretaria dos Transportes, denunciando a qualidade dos serviços prestados pela Viação Graciosa Ltda., concessionária das linhas de ônibus para atendimento ao litoral paranaense. — **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Falo em Explicações Pessoais porque estava inscrito no Pequeno Expediente, mas lamentavelmente não me foi concedida a palavra pela Presidência deste Poder, certamente por um lapso, por algum equívoco da Presidência.

E venho à tribuna para registrar o inconformismo dos Prefeitos do Paraná, tanto do PDS quanto do PMDB, pelo desrespeito às administrações municipais por parte do Governo do Estado que não liberou neste ano uma única parcela do Programa de Administração de Ação Municipal - PRAM, programa sobre o qual o Governo José Richa tem feito um empenho muito grande em todo o Estado do Paraná.

Os valores para liberação neste ano de 1985, foram calculados de acordo com os índices de abril deste ano. Estamos ao final do mês de maio, e possivelmente só no mês de junho, teremos a liberação desses recursos sem que haja a reavaliação dos valores calculados em abril.

Por outro lado, é necessário também afirmar que os Prefeitos — vários deles do PMDB e do PDS — estão com ordens de serviços em mãos e não podem executar os trabalhos por falta desse dinheiro. E mais estranhável ainda, o Governo do Estado está exigindo dos Prefeitos Municipais do Paraná faturas que correspondam ao dobro da importância que o Governo vai liberar para esses prefeitos. Vale dizer, o Governo do Paraná está possivelmente induzindo os nossos prefeitos, através de uma pressão descabida, a buscar uma documentação de obras que ainda não foram realizadas.

Consequentemente, existe o sério risco de que essas obras nem mesmo venham a ser fiscalizadas pelos executores do programa.

Ainda é bom mencionar que o Governo, a pretexto de agilizar a administração municipal, determinou a extinção do Programa de Conservação de Pontes e de Rodovias, o PROSAFRA como ficou conhecido em nosso Estado e, ao mesmo tempo, determinou que os Prefeitos Municipais fizessem uma

pesquisa junto às comunidades do interior do Paraná, buscando saber quais eram as necessidades dessas comunidades.

Pois bem, por mais estranho que pareça, hoje, quando o Governo recebe o rol de reivindicações desses Prefeitos, ele determina em que tipo de obra ou dinheiro do Programa de Ação Municipal deve ser aplicado, tolhendo a liberdade dos Prefeitos e impedindo que esses Prefeitos possam, ao seu arbítrio e de acordo com a vontade das suas populações, definir qual a melhor aplicação desse dinheiro. Obras que competem ao Estado executar, como Delegacia de Polícia, postos de saúde, extensão de redes elétricas e de água, estão hoje sendo executadas com dinheiro do Programa de Ação Municipal.

Basta que se volte um pouco ao passado para se saber quais foram os princípios inspiradores deste Programa no Governo anterior, para que se chegue à conclusão de que o Governo concedeu esse Programa para permitir a agilização às administrações municipais do Paraná.

No entanto, com esse caráter coercitivo, o Governo José Richa está impondo aos prefeitos as obras que devem ser realizadas, e com isso, subtraindo de sua esfera de obrigação, a execução, a realização de obras de interesse coletivo e que são uma prerrogativa do Governo Estadual.

O programa, foi conseqüentemente desvirtuado. Existe outro aspecto que vai ser objeto de um pedido de informações ao Sr. Governador, porque nos interessa saber os termos do contrato entre o Governo e o Banco Mundial, porque, quando da realização de uma reunião para definição de alguns princípios do Plano Município de Cascavel, os representantes do Governo do Paraná informaram aos prefeitos que este dinheiro teria uma carência de três anos para o ressarcimento aos cofres públicos estaduais, juros de um por cento ao ano e mais 80 por cento de variação das ORTN's.

Hoje, o Programa de Ação Municipal está cobrando das prefeituras do Paraná, 11 por cento de juros ao ano e mais 100 por cento de variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Quer se saber, conseqüentemente, de que forma o Governo levou um tipo de sugestão e até mesmo de apelo, sedutor, aos prefeitos, e depois coloca em prática uma política completamente diversa daquele que os prefeitos assimilaram nesta reunião no Município de Cascavel.

Também, é importante que os Prefeitos do Paraná sejam esclarecidos a respeito do custo deste dinheiro internacional, para que possam saber se estão pagando o preço justo pelo empréstimo desse dinheiro.

Estes esclarecimentos são necessários, porque existe uma dúvida generalizada junto a todos os prefeitos paranaenses. E, mais ainda, porque as administrações municipais do Paraná estão paralisadas, em decorrência da ausência de liberação destes recursos.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Vossa Excelência me concede um aparte? — (Assentimento).

Só para realmente concordar com Vossa Excelência, de que esta denúncia que traz ao conhecimento da Assembleia Legislativa, é de extrema gravidade, pois que o Governo que veio para mudar, e que na verdade mudou apenas o nome do programa anterior, que era o programa de apoio aos pequenos e médios municípios paranaenses, colocou um nome novo, não liberando os recursos, faz com que, pela variação cambial, tenha um excesso de dinheiro, de cruzeiros, para aplicação.

Então, não há como justificar a não liberação dos recursos no momento devido aos Srs. Prefeitos Municipais, que realmente já estão comprometidos com os programas de obras aprovados há mais de um ano.

Esta falta de competência do Governo José Richa assusta o Paraná, ainda mais quando se sabe que esta Casa vai apreciar nos próximos dias, e já convocamos inclusive o Secretário das

Finanças, para prestar depoimento junto à Comissão de Constituição e Juruá, a respeito de um novo empréstimo internacional. Novo empréstimo, cuja lei que o Executivo pleiteia desta Assembleia, Deputado Airton Cordeiro, não consta sequer a restrição que o Governo anterior colocou na lei que autorizou, inclusive os empréstimos, objeto do escândalo dos dólares.

Naquela lei enviada a este Legislativo pelo Governo anterior, constava artigo vedando expressamente o pagamento de comissões de outras taxas, senão as taxas autorizadas pelo Banco Central. Vossa Excelência conhece bem o assunto, desde que é subscritor, comigo, de ação popular, em tramitação junto à Justiça deste Estado.

Ora, o Governo atual, para facilitar as coisas, provavelmente, sequer esta restrição legal coloca na mensagem para emprestar mais 63 milhões de dólares, para rolar as dívidas vencidas do Estado neste ano de 1985.

**O SR. AIRTON CORDEIRO** — É importante ampliarmos um pouco mais, aprofundarmos nosso pensamento sobre esta matéria.

Veja Vossa Excelência, se o Governo tinha que liberar em abril deste ano a primeira parcela para os municípios, se não fez e também não o fez em maio, o Governo do Estado está girando este dinheiro já por 60 dias e o prefeito esperava em abril receber cem milhões de cruzeiros, pelos efeitos da inflação terá uma redução real do poder de fazer com este dinheiro quando receber, suponhamos, em junho, em 20 por cento.

Mas, o dinheiro que o Governo do Estado está aplicando seguramente está rendendo ao Governo paranaense recursos adicionais que não são transferidos aos municípios. Daí porque existe uma extrema gravidade, porque inclusive, poderíamos qualificar, tipificar esta ação do Governo do Estado como delituosa, porque é uma apropriação indébita. Isso caracteriza o peculato, porque o Governo do Estado está usando o dinheiro que é das Prefeituras e não é dinheiro de graça, porque é uma contraprestação, é uma contrapartida das prefeituras municipais.

Agora, veja bem, Deputado Luiz Alberto, dias passados o Secretário de Finanças foi à televisão e disse que as finanças do Paraná estão muito bem ordenadas, que não há razão para qualquer susto, para qualquer receio. Em outras palavras, os cofres estaduais estão abarrotados.

Então perguntamos, se os cofres estaduais estão em dia, por que não entregar aos Prefeitos o que de direito pertence às prefeituras? E mais ainda, como é que se justifica o atraso no pagamento das professoras que dão aulas extraordinárias, se o Estado está com suas finanças em dia?

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Ainda alongando o raciocínio de Vossa Excelência, esta receita que o Estado do Paraná produz com os dólares para o Tesouro Público Estadual em detrimento das prefeituras, se constitui na verdade uma receita clandestina que foge, inclusive do controle deste Poder Legislativo, isto é, o Poder Executivo está criando uma nova fonte de receita, sobre a qual ninguém tem controle neste Estado, nem os prefeitos municipais e nem este Poder Legislativo. E o que é pior, nobre Deputado, é que quando os prefeitos tiverem que pagar suas dívidas deste programa, ou pagar o empréstimo, terá que pagar com correção monetária ou correção cambial.

Então, o município será lesado duas vezes, Na liberação dos recursos e no pagamento da dívida. Este é o Governo do PMDB, lamentavelmente, neste Estado.

Aliás, o Governo, Deputado Airton Cordeiro, que se



repete a nível nacional, porque o que estamos vendo é uma verdadeira autofagia dos políticos que compõem a chamada Aliança Democrática, da disputa de cargos.

Estão aí denúncias de Deputados do PFL, de Deputados do PMDB a respeito de como compor na loteria de cargos, onde honestidade, probidade, competência, capacidade, não têm valor, em função apenas das razões de ordem política da Aliança Democrática.

Isto é lamentável que o exemplo de incompetência, de falta de gerenciamento do Estado do Paraná, esteja a se repetir a nível nacional com o Governo da chamada Nova República.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e com ele dou por encerrado este pronunciamento.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito para explicações pessoais, Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Alguns dias atrás, desta tribuna, fizemos uma manifestação ao Presidente da Ferroviária Federal S.A., no sentido de que, aquela autoridade federal tomasse as providências necessárias a fim de possibilitar a erradicação dos trilhos da Rede Ferroviária do Centro da Cidade de Ponta Grossa.

E a propósito desta manifestação, nós tivemos na tarde de ontem, na Prefeitura Municipal daquela cidade, um encontro promovido pelo Conselho Especial de Usuários, instituído pelo Ministério dos Transportes, junto a Superintendência da Rede Ferroviária Federal S.A., aqui em Curitiba.

Esse órgão de consulta e assessoramento da Rede, promoveu o referido encontro, a fim de levar esclarecimentos à comunidade pontagrossense, face a essa antiga reivindicação.

Assim sendo, tivemos a palestra do Dr. Paulo Munhoz da Rocha, Superintendente da Rede Ferroviária Federal S.A. e do Arquiteto Antônio Carlos de Matos Miranda, Técnico do GEITOB, e colocado à disposição da Secretaria de Transportes e da própria Rede Ferroviária Federal, no sentido de executar estudos a propósito da ocupação futura das áreas que ficarão disponíveis, como consequência da erradicação dos trilhos da Rede Ferroviária Federal S.A.

Devo salientar, que o objetivo fundamental, prende-se a construção do trecho ferroviário Tibagi/desvio Ribas, que trará inúmeras vantagens, não apenas à comunidade de Ponta Grossa, quanto ao perfil arquitetônico e urbanístico de prédios e da própria cidade de Ponta Grossa, mas, também, a própria Rede Ferroviária Federal, através da Superintendência com sede na Capital do Estado, aqui em Curitiba, que logrará melhor desempenho, face a incorporação dessa importante variante.

Então são aspectos de ordem econômica, política, social e urbanística que se somam, neste momento, dando coró à reivindicação pontagrossense de conseguir, com a erradicação dos trilhos, eliminar a antiga Estação Ferroviária do centro de nossa cidade.

Valeria lembrar um aspecto econômico da maior importância, a execução do referido trecho Tibagi/desvio Ribas, ensejará o aumento considerável do transporte de grãos do Terminal de Guarapuava, possibilitando, com isso, a efetiva iniciação da Ferrovia da Soja, já que esse Terminal, realmente atende as regiões produtoras de grãos do Oeste e Sudoeste paranaense.

Portanto, a execução dessa obra do trecho Tibagi/desvio Ribas, numa extensão aproximada de dezessete quilômetros, estimada a sua execução em seis bilhões de dólares, a princípio uma importância alta, mas, se nós considerarmos os aspectos pertinentes a melhoria do desempenho do sistema ferroviário no Paraná, o aumento considerável de tonelagem, através do trecho Guarapuava/Ponta Grossa, não tenho qualquer dúvida que essa importância será perfeitamente justificável, no que se refere a nossa pretensão.

Gostaria, portanto, de apelar mais uma vez a este Poder, de que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, dê sustentação a um documento que elaboramos ontem durante o encontro levado a efeito na Cidade de Ponta Grossa, denominado Carta de Ponta Grossa, em que reivindicamos, através do Ministério dos Transportes, na pessoa do Ministro Paranaense Afonso Alves de Camargo Netto e a Rede Ferroviária Federal S.A., através de sua Presidência, um outro paranaense, Osires Guimarães, a fim de que essas autoridades tratem com os Ministros competentes da área econômica, da locação desses recursos a fim de que consigamos executar a referida obra atendendo, então, aos aspectos já anteriormente referidos.

Assim sendo, estarei encaminhando, portanto, à Mesa Executiva desta Casa, requerimento ao Ministério dos Transportes e à Rede Ferroviária Federal, objetivando providências, pra viabilizar a execução do trecho ferroviário Tibagi/desvio Ribas.

Gostaria, acima de tudo, salientar, é um aspecto extremamente novo e salutar que se faz sentir, pela primeira vez, verificamos a identidade de propósitos e de interesses em torno de uma determinada obra, entre uma estatal e uma comunidade local e regional. Pela primeira vez, sentimos a possibilidade comum de técnicos, de lideranças comunitárias e de políticos, somarem esforços em favor de uma obra, que, por certo, trará largos e expressivos reflexos à sociedade pontagrossense à região dos Campos Gerais e a uma série de inúmeros municípios, que estarão sendo contemplados por se encontrarem ao longo do eixo ferroviário sobre a jurisdição da Superintendência da Rede Ferroviária Federal, em Curitiba.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Está inscrito, ainda em explicações pessoais, o Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Havendo declinado, está encerrada a sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 07, 08, 09, 10, 11 e 12/85.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 13, 14, 15, 16, 17 e 18/85.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26/85; e do Projeto de Lei n.º 58/85. Marcando ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Lei n.ºs 178, 185, 192, 247, 251, 256, 262, 277, 285, 289, 294, 303, 306, 320, 348/84 e 56/85.

Levanta-se a sessão.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 156/85

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

prover ERCILINDA MOREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana.

(Protoc. n.º 2875)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 157/85

I- exonerar AMASILIA ARAUJO BRUEL, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Mário Pereira.

II- prover TELMA SARA NIEDZIWIEDZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Mário Pereira.

(Protoc. n.º 3002).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 158/85

exonerar, a pedido, ELOVAN CEZAR RIBEIRO, matrícula n.º 373, do cargo em comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenação de Processamentos de Dados, da Diretoria de Serviços Especiais.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 159/85

prover IRENO VICENTE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assistente do Cerimonial, da Coordenação do Cerimonial, da Diretoria de Serviços Especiais.

(Protoc. n.º 2924).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 160/85

I- exonerar MARGARIDA BERTOLANI PORTELA PERACETA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no gabinete do Deputado Tadeu Lúcio Machado.

II- prover ADALGISA APARECIDA DA SILVA MACHADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no gabinete do Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO"

em 01 de abril de 1985.

(aa) NILSO SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 161/85

designar NEUSA OLIVIA MELARA, matrícula n.º 344, ocupante do cargo de Oficial Le-

gislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 1.ª Vice-Presidência, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. n.º 2206).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 162/85

conceder à funcionária GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, matrícula n.º 262, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 247, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, três (03) meses de Licença Especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 7.º quinquênio, compreendido entre 07 de novembro de 1978 a 07 de março de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 6.º quinquênio e das férias de 1978, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 2351).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 163/85

conceder ao funcionário SEBASTIÃO BUENO, matrícula n.º 576, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 247, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, três (03) meses de licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 4.º quinquênio compreendido entre 28 de março de 1977 a 28 de março de 1982.

(Protoc. n.º 2555).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 164/85

atribuir ao funcionário ANTONIO BERALDO, da Polícia Militar, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete de Liderança da Frente Liberal.

(Protoc. n.º 2645)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 165/85

I- revogar o Decreto Legislativo n.º 110/84, que designou para exercer as funções de Assessor de Gabinete da Presidência, a funcionária IRACY DA SILVA RUDNIK, matrícula n.º 203, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II- revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 523/79, que designou IRANI CARINI, matrícula n.º 179, ocupante do Cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da Presidência.

III- designar ALCEU WALTER NIEDZWIEDZ, matrícula n.º 508, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da Presidência, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 1.º de abril de



1985.

IV- designar IHOR BARANHUK, matrícula n.º 453, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da Presidência, percebendo as vantagens, a partir de 1.º de abril de 1985.

(Protoc. n.º 2776)

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 166/85

I- revogar o item III, do Decreto Legislativo n.º 140/81, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Diretoria de Pessoal, a funcionária ROSALINA PEREIRA SANTIN, matrícula n.º 224, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II- designar a referida funcionária, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da 2.ª Vice-Presidência, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 1.º de abril de 1985.

(Protoc. n.º 2406).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",  
em 11 de abril de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente ANIBAL KHURY

1. Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

2. Secretário.

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 168/85

designar LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA, matrícula n.º 398, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe do Setor de Consignações e Desconto, da Diretoria de Pessoal, a partir de 1.º de abril de 1985.

(Protoc. n.º 2932).

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 169/85

autorizar ALBERTO MIGUEL, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao gabinete da Presidência, no período compreendido entre 1.º de abril a 31 de dezembro de 1985, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 16/85.

(Protoc. n.º 2775).

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 170/85

revogar o Decreto Legislativo n.º 202/83, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2.ª Vice-Presidência, o funcionário ANTONIO LACERDA BRAGA NETO, matrícula n.º 095, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de

Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 2891).

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 171/85

prorrogar até 31 de janeiro de 1987, a permanência da funcionária BELKIS FERNANDES, matrícula n.º 385, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, à disposição da Superintendência da Receita Federal, da 9.ª Região Fiscal, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

(Protoc. n.º 2161).

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 172/85

I- autorizar o Senhor Diretor Geral deste Poder, a contratar pelo regime da C.L.T., três (03) funcionários para o Gabinete da Liderança da Frente Liberal, para exercer as funções de Jornalista, sendo que os mesmos farão parte da estrutura do Gabinete.

II- autorizar o Senhor Diretor Geral deste Poder, a contratar pelo regime da C.L.T., dois (02) funcionários para o Gabinete da Liderança da Frente Liberal, sendo que os mesmos exercerão as funções de Assessores Políticos e farão parte da estrutura do Gabinete.

III- autorizar o Senhor Diretor Geral deste Poder, a contratar pelo regime da C.L.T., um (01) funcionário para o Gabinete da Liderança da Frente Liberal, o qual exercerá a função de Chefe de Gabinete, fazendo parte da estrutura do Gabinete.

IV- autorizar o Senhor Diretor Geral deste Poder, a contratar pelo Regime da C.L.T., dois (02) funcionários para o Gabinete da Liderança da Frente Liberal, os quais exercerão as funções de Datilógrafo e farão parte da estrutura do Gabinete.

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 173/85

I- prover VILMA APARECIDA NUNES TONINELLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assistente de Cerimonial, da Coordenadoria do Cerimonial, da Diretoria de Serviços Especiais.

II- prover NEUSA DECKERT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Intérprete, da Coordenadoria do Cerimonial, da Diretoria de Serviços Especiais.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",  
em 22 de abril de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1. Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO

2. Secretário.

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 174/85

I- exonerar RODIMAR LUIZ SOARES, do

cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Sabino Campos.

II- prover JOSÉ ROMEU KRUGER NUNES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete Sabino Campos.  
(Protoc. n.º 3238).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 175/85

autorizar MARIA ANGÉLICA MOREIRA, funcionária da Secretaria de Educação, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seu vencimento, junto ao Setor de Redação e Debates, da Diretoria Legislativa, respeitando-se o teto fixado pelo Decreto Legislativo n.º 16/85.  
(Protoc. n.º 2037).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 176/85

I- exonerar ARIVAL PEREIRA CHIMANSKI, do cargo em Comissão- símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Edgard Ribeiro Pimentel.

II- prover NELSON BUENO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Edgard Ribeiro Pimentel.

III- exonerar JANE MARIA RONCATO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Edgard Ribeiro Pimentel.

IV- prover OTTO REIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no gabinete do Deputado Edgard Ribeiro Pimentel.  
(Protoc. n.º 3376).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 177/85

I- exonerar, a pedido, RAUL WOLF, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Manutenção e Transportes, da Diretoria Administrativa.

II- prover, OSVALDO FARIA, matrícula 345, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Manutenção e Transporte, da Diretoria Administrativa.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 178/85

Art.1.- As despesas com combustíveis e lubrificantes far-se-ão com o estabelecimento de cotas mensais a cada setor, as quais ficam determinadas, em litros, da seguinte maneira:

a- Presidência	2.200
b- 1.ª Secretaria	2.000
c- 2.ª Secretaria	1.500
d- 1.ª Vice-Presidência	1.000
e- 2.ª Vice-Presidência	800
f- 3.ª Secretaria	800

g- 4.ª Secretaria	800
h- Liderança do Governo	800
i- Liderança do PDS	800
j- Liderança do PMDB	800
k- Liderança do PFL	800
l- Diretoria Geral	500
m- Departamento Administrativo	700
n- Assistência Social	800
o- Serviço de Oficina e Manut.	1.000

TOTAL ..... 15.300

§ 1.º- O montante de cada cota se fará ao preço do litro de gasolina comum, mesmo sendo o veículo movido à álcool, ficando autorizado o "suprimento" proporcional, desde que haja aumento.

§ 2.º- O gasto com óleo lubrificante ou álcool será deduzido da cota de cada setor, em cruzeiros.

Art. 2.º- O Primeiro Secretário autorizará adiantamento a Diretoria Financeira, para atender as despesas previstas no Art. 1.º.

Parágrafo Único - O Diretor Financeiro repassará o montante a cada setor, mediante recibo, podendo o titular dos Gabinetes ou Diretorias indicar o funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Casa, que ficará responsável.

Art.3.- A nota fiscal deverá conter:

- a- Data
- b- Assembléia Legislativa
- c- Placa do Veículo
- d- Número de litros e o valor da despesa.

Art.4.- Para que seja liberada a cota mensal, deve-se prestar contas da anterior, devolvendo-se o saldo não utilizado.

Art.5.- A prestação de contas será feita, a Diretoria Financeira, através de relação escrita das notas fiscais, a qual deverá ser visada pelo Titular de Gabinete ou Diretor.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 179/85

Art.1.- Ficam alocados créditos ao Gabinete da Liderança do Partido da Frente Liberal (PFL) para atender despesas no exercício de 1985, nos termos da Resolução n.º 62, de 04 de dezembro de 1980 e do Decreto Legislativo n.º 040, de 11 de março de 1985, nos seguintes valores e itens:

3.1.3.2.- SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS

01- Representação, Festividades, Recepção, Hospedagens e Homenagens.

n- Liderança do PFL- CR\$ 1.940.797

02- Passagens e Transportes de Pessoas

n- Liderança do PFL- CR\$ 1.800.000

Art.2.- Corrigir o valor constante na alínea "B", do item 14 do artigo 3.º, do Decreto Legislativo n.º 040, de 11 de março de 1985, o qual passa a ser de CR\$ 3.800.000 (Três milhões e oitocentos mil cruzeiros).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",  
em 30 de abril de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1. Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO

2. Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 180/85

autorizar JUAREZ DE QUADROS GONÇALVES, matrícula n.º 513, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a frequentar o curso preparatório para a carreira de Magistratura, junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

(protoc. n.º 2901).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",  
em 02 de maio de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1. Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

2. Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 181/85

I- revogar o Decreto Legislativo n.º 118/84, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Diretoria de Assistência ao Plenário, a funcionária IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER DA COSTA, matrícula n.º 470, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II- designar MARIA DE LOURDES SANTOS, matrícula n.º 561, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Diretoria de Assistência ao Plenário, percebendo as vantagens ao cargo.

(Protoc. n.º 2989).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 182/85

designar IRACY DA SILVA RUDNIK, matrícula n.º 203, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 2.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1.º de abril de 1985.

(Protoc. n.º 3261).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 183/85

exonerar, a pedido, JOSÉ CARLOS CHAIN JABUR, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Chefe de Gabinete da 1.ª Secretaria.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 184/85

exonerar, a pedido, MARIA CELUTA TAVARES DE OLIVEIRA, do cargo em comissão, símbolo

DAS-4, de Chefe de Gabinete da Diretoria Geral.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 185/85

I- exonerar JOSÉ ROGÉRIO PORTES DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no gabinete do Deputado Gernote Kirinus.

II- prover MARCOS REINSTEIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gernote Kirinus.

(Protoc. n.º 2985).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",  
em 03 de maio de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1. Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO

2. Secretário.

Portarias:

PORTARIA N.º 177/85

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

I- revogar a Portaria n.º 600/83.

II- designar MARIA BETANIA SOARES DE MORAIS, contratada deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral.

III- revogar a Portaria n.º 021/84.

IV- designar APARECIDO ALVES BEZERRA, contratado deste Poder, para prestar serviços na Coordenadoria de Segurança, da Diretoria de Serviços Especiais.

PORTARIA N.º 178/85

designar ELENICE CARDOSO BAGATIN, contratada como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Francisco Escorsin, de acordo com o Decreto Legislativo n.º 482/83, a partir de 17 de abril de 1985.

(Protoc. n.º 2926).

PORTARIA N.º 179/85

designar ABIB MIGUEL, matrícula n.º 038, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Diretor Geral Adjunto, deste Poder, a partir de 1.º de abril de 1985.

PORTARIA N.º 180/85

designar PAULO VALDEZ QUINTANA, contratado como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana, a partir de 1.º de abril de 1985, de acordo com o Decreto Legislativo n.º 482/83.

(Protoc. n.º 2872).

PORTARIA N.º 181/85

designar LUIZ FERNANDO FEDEGER, contratado como Datilógrafo, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1.º de abril de 1985, de acordo com o Decreto Legislativo n.º 17/84.

(Protoc. n.º 2873).

PORTARIA N.º 182/85

designar SIMONE CARON, contratada como Datilógrafa, para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Secretaria, de acordo com o Decreto Legislativo n.º 09/82, a partir de 17 de abril de 1985.

(Protoc. n.º 2968).

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de abril de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS  
Diretor Geral.

PORTARIA N.º 183/85

designar MARIA REGINA SUBTIL, funcionária da Empresa Paranaense de Turismo- PARANA-TUR, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Secretaria, até 31 de dezembro de 1985.

(Protoc. n.º 3047).

PORTARIA N.º 184/85

designar ROSALBA VIEIRA DE ALMEIDA RISSIMAN, contratada como Assessora Política, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1.º de abril de 1985, de acordo com o Decreto Legislativo n.º 17/84.

(Protoc. n.º 2874).

PORTARIA N.º 185/85

designar EDSON CARLOS DE OLIVEIRA, matrícula n.º 557, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Coordenador Adjunto, da Coordenadoria de Contabilidade, da Diretoria de Apoio Técnico.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS  
Diretor Geral.

PORTARIA N.º 187/85

designar MIGUEL LOPES DA SILVA, contratado deste Poder, como Datilógrafo, para prestar serviços no gabinete do Deputado Tércio Albuquerque, de acordo com a Resolução n.º 71/80, a partir de 23 de abril de 1985.

(Protoc. n.º 3206).

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de abril de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS  
Diretor Geral.

PORTARIA N.º 188/85

designar ORLANDO FERREIRA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Coordenadoria de Manutenção e Transportes, da Diretoria Administrativa.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS  
Diretor Geral.

PORTARIA N.º 189/85

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de MARINA CUNHA MARTINS, matrícula n.º 209, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, referência IV, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 1.º de dezembro de 1980 a 1.º de dezembro de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1979, 1980 e 1983, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 2958).

PORTARIA N.º 190/85

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ELENI SILVEIRA, matrícula n.º 326, ocupante do cargo de Oficial Legislativo Classe "A", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto quinquênio compreendido entre 14 de fevereiro de 1979 e 14 de fevereiro de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1980, 1981 e 1982, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 2935).

PORTARIA N.º 191/85

designar MARCOS LEO DE ALBUQUERQUE VELOZO, Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Santa Izabel do Ivaí, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Secretaria.

(Protoc. n.º 3253).

PORTARIA N.º 192/85

conceder à funcionária IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER DA COSTA, matrícula n.º 470, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A,

do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde a partir de 18 de abril de 1985.

(Protoc. n.º 3242).

PORTARIA N.º 193/85

conceder ao funcionário IVO GUSSO, matrícula n.º 264, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dez (10) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 24 de abril de 1985.

(Protoc. n.º 3229).

PORTARIA N.º 194/85

I - revogar a Portaria n.º 191/84, na parte que se refere ao funcionário ALAN MARCOS ANDRADE, contratado deste Poder, que designou o mesmo para prestar serviços na Coordenadoria de Patrimônio e Material, da Diretoria Administrativa; e,

II - designar o referido funcionário, para prestar serviços na Coordenadoria das Comissões, da Diretoria Legislativa.

(Protoc. n.º 2977).

PORTARIA N.º 195/85

conceder ao funcionário LAERTES LUIZ FOGGIATO, matrícula n.º 456, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1984, a partir de 29 de abril de 1985.

(Protoc. n.º 3319).

PORTARIA N.º 196/85

conceder, nos termos do Art.150, § 2.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a JAIRTO EDUARDO GUIMARÃES FONTOURA, funcionário da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, à disposição deste Poder, dois (02) meses correspondente ao gozo das férias referentes aos anos de 1984 e 1985, a partir de 02 de maio de 1985.

(Protoc. n.º 3044).

Gabinete da Diretoria Geral,  
em 25 de abril de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS  
Diretor Geral

PORTARIA N.º 197/85

Art.1.º - O expediente da Secretaria da Assembléia Legislativa, a partir desta data passa a obedecer o seguinte horário, de acordo com o disposto no parágrafo 1.º, do artigo 53, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná):

das 08:30 às 12:00 horas

das 13:30 às 18:00 horas

Art.2.º - A partir da presente data, os funcionários poderão, querendo, deixar seus crachás junto a Portaria deste Poder,

ao final do expediente.

PORTARIA N.º 198/85

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 603/84, à funcionária HELENA REGINA STEPHAN MORO, matrícula n.º 076, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 3284).

PORTARIA N.º 199/85

conceder ao funcionário EDU LIBERTI, matrícula n.º 243, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1985, a partir de 02 de maio de 1985.

(Protoc. n.º 3328).

PORTARIA N.º 200/85

designar MAURO SOARES DOS SANTOS, contratado como Jornalista, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da Frente Liberal, de acordo com o Decreto Legislativo n.º 172/85.

(Protoc. n.º 2650).

PORTARIA N.º 201/85

I - designar THIRSA RITA ROSSI TIRAPELLE, contratada como Jornalista, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da Frente Liberal, de acordo com o Decreto Legislativo n.º 172/85.

II - designar THEMIS SIMONE XAVIER ACCIOLY DA COSTA, contratada como Datilógrafa, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da Frente Liberal.

III - designar JOSANE MARIA CARRADORE, contratada como datilógrafa, para prestar serviços no Gabinete da Frente Liberal, de acordo com o Decreto Legislativo n.º 172/85.

(Protoc. n.º 2590).

PORTARIA N.º 202/85

conceder à funcionária ROSARIA CARDOSO LIMA DE OLIVEIRA, matrícula n.º 225, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1985, a partir de 02 de maio de 1985.

(Protoc. n.º 3348).

PORTARIA N.º 203/85

designar LUIZ CARLOS HEY, contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Edgard Ribeiro Pimentel, de acordo com o Decreto Legislativo n.º 482/83.

(Protoc. n.º 3370).

PORTARIA N.º 204/85

Curitiba, quarta, em 22.05.85

I - revogar a Portaria n.º 191/84, na parte que se refere ao funcionário CARLOS FORNAROLLI, contratado deste Poder, que designou o mesmo para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

II - designar o citado servidor, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Tércio Albuquerque.

(Protoc. n.º 1289).

Gabinete da Diretoria Geral,  
em 30 de abril de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS  
Diretor Geral

PORTARIA N.º 205/85

designar ROGACIANO ANTUNES RIBEIRO NETO, contratado como Datilógrafo, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Jorge Amin Maia Filho, de acordo com a Resolução n.º 71/80.

(Protoc. n.º 3212).

PORTARIA N.º 206/85

designar MARILÉA XAVIER DE ARAUJO, contratada como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Adnail Sprenger Passos, de acordo com o Decreto Legislativo n.º 482/83.

(Protoc. n.º 3375).

PORTARIA N.º 207/85

conceder à FATIMA APARECIDA PRESTES, contratada como Datilógrafa, deste Poder, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 02 de maio de 1985.

(Protoc. n.º 3534).

PORTARIA N.º 208/85

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de novembro de 1975, em favor de ELENÍ SILVEIRA, matrícula n.º 326, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1984, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 2925).

PORTARIA N.º 209/85

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 603/84, ao funcionário RUBENS DAMAS, matrícula n.º 371, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 3450).

PORTARIA N.º 210/85

conceder à funcionária MARIA NEIDE BOZA STIVAL, matrícula n.º 221, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de

Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1983, a partir de 02 de maio de 1985.

(Protoc. n.º 3454).

PORTARIA N.º 211/85

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JOÃO MARIA SERPA, matrícula n.º 070, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante do sexto quinquênio, compreendido entre 22 de março de 1981 e 22 de janeiro de 1985, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1981, 1982, 1983 e 1984, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 2979).

PORTARIA N.º 212/85

I - revogar a Portaria n.º 191/84, na parte que se refere à funcionária JOANA MACIEL FARIA, matrícula n.º 156, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia que designou a mesma para prestar serviços na Diretoria de Serviços Especiais;

II - designar a referida funcionária, para prestar serviços no setor de Telefonia, da Coordenadoria de Serviços Especiais, da Diretoria Administrativa.

(Protoc. n.º 3259).

Gabinete da Diretoria Geral,  
em 03 de maio de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS  
Diretor Geral

PORTARIA N.º 213/85

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 603/84, ao funcionário ALBERTO SAVOIA ASSEF, matrícula n.º 147, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 3598).

PORTARIA N.º 214/85

designar AGENOR MENEGHEL, serventuário da Justiça, Titular do Tabelionato de Notas e Ofício de Protesto de Títulos da Comarca de Bandeirantes, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Secretaria.

(Protoc. n.º 2445).

PORTARIA N.º 215/85

designar ANDRÉ PAULO CHANDELIER FILHO,



contratado como Assessor Político, para prestar serviços no Gabinete da Frente Liberal, de acordo com o Decreto Legislativo n.º 172/85, a partir de 02 de maio de 1985. (Protoc. n.º 3061).

## PORTARIA N.º 216/85

I - revogar a Portaria n.º 191/85, na parte que se refere à funcionária MARLENE DE BRITO PERRONE, matrícula n.º 222, que designou a mesma para prestar serviços na Diretoria Administrativa; e,

II - designar a citada funcionária, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da Frente Liberal.

(Protoc. n.º 3340).

## PORTARIA N.º 217/85

designar JOÃO ANTONIO DE CARVALHO, funcionário da Secretaria de Estado da Administração, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Coordenadoria de Processamento de Dados, da Diretoria de Serviços Especiais.

(Protoc. n.º 3452).

## PORTARIA N.º 218/85

designar LUCIA BAZZO, funcionária da Secretaria de Estado da Agricultura, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

(Protoc. n.º 3247).

Gabinete da Diretoria Geral,  
em 10 de maio de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS  
Diretor Geral

## PORTARIA N.º 219/85

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de AURORA RIBEIRO GONÇALVES, matrícula n.º 193, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1983 e 1984, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 3442).

## PORTARIA N.º 220/85

designar GERCI KRUG, serventuária da Justiça, Escrivã do Crime da Comarca de Marechal Cândido Rondon, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Hermas Brandão.

(Protoc. n.º 3820).

## PORTARIA N.º 221/85

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IO-

RIS CORDEIRO DE BARROS, matrícula n.º 128, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1984, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 3477).

## PORTARIA N.º 222/85

I - revogar a Portaria n.º 534/83, que designou para prestar serviços no Gabinete da Presidência, a funcionária JACY CORREIA FERNANDES, ora à disposição deste Poder; e,

II - designar a referida funcionária para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Vice-Presidência.

(Protoc. n.º 2934).

## PORTARIA N.º 223/85

conceder à funcionária HILZA DOS SANTOS LOPES, matrícula n.º 200, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1985, a partir de 14 de maio de 1985.

(Protoc. n.º 4015).

## PORTARIA N.º 224/85

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER DA COSTA, matrícula n.º 470, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1984, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 3821).

## PORTARIA N.º 225/85

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de HUGO MARTINS KOSOP, matrícula n.º 068, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, os seguintes tempos:

a) - um (01) ano, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o primeiro decênio, compreendido entre 22 de janeiro de 1963 e 22 de setembro de 1972, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1965 e 1967, contadas em dobro; e,

b) - mais um (01) ano, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio compreendido entre 22 de setembro de 1972 e 22 de julho de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro

decênio e das férias contadas em dobro pelos atos n.ºs 393 e 520/84.

(Protoc. n.º 3446).

PORTARIA N.º 226/85

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art.150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação da pelo Art.2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ISMAR DELAGASSA PASSOS, matrícula n.º 263, ocu-

Curitiba, quarta, em 22.05.85

pante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1984, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 3724).

Gabinete da Diretoria Geral,  
em 15 de maio de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS  
Diretor Geral